

**FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS
DE SERGIPE – FANESE
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO – NPGE
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO “LATO SENSU”
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO FISCAL E PLANEJAMENTO
TRIBUTÁRIO**

**JAILSON TAVARES DOS SANTOS
MÁRCIO SILVA RESENDE**

**O PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO E O REFLEXO DO
BALANÇO PATRIMONIAL DA EMPRESA CASA DAS
VEDAÇÕES HIDRÁULICAS LTDA**

**Aracaju-SE
2008**

JAILSON TAVARES DOS SANTOS
MÁRCIO SILVA REZENDE

**O PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO E O REFLEXO DO
BALANÇO PATRIMONIAL DA EMPRESA CASA DAS
VEDAÇÕES HIDRÁULICAS LTDA**

Monografia apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação e Extensão da FANESE, como requisito para obtenção do título de Especialista em Gestão Fiscal e Planejamento Tributário do Núcleo de Pós-Graduação e Extensão da FANESE.

**Aracaju-SE
2008**

**JAILSON TAVARES DOS SANTOS
MÁRCIO SILVA REZENDE**

**O PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO E O REFLEXO DO
BALANÇO PATRIMONIAL DA EMPRESA CASA DAS
VEDAÇÕES HIDRÁULICAS LTDA**

**Monografia apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação e Extensão –
NPGE, da Faculdade de Administração de Negócios de Sergipe – FANESE,
como requisito para a obtenção do título de Especialista em Gestão Fiscal e
Planejamento Tributário.**

Orientador

Coordenador do Curso

Aluno

Aluno

Aprovados com média: _____

Aracaju (SE), _____ de _____ de 2008.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar àquele que é a razão de tudo, a energia do universo, que nos deu o dom da vida, presenteou-nos com a liberdade, abençoou-nos com a inteligência, abriu-nos caminhos e deu-nos a graça de lutar, e sem o qual nós não estariamos aqui: DEUS.

Aos meus familiares, pelo incentivo e pela compreensão.

A todos os professores, pois sem a ajuda deles não teria a oportunidade de chegar onde cheguei.

A todos os colegas, pelos momentos prazerosos que passamos juntos.

Por fim, quero agradecer a todas as pessoas que, de diferentes maneiras e em diferentes oportunidades, contribuíram para a realização desse sonho.

RESUMO

O estudo aborda sobre o reflexo do Planejamento Tributário como instrumento de gestão na empresa Casa das Vedações Hidráulicas Ltda. Seu objetivo principal compreende a construção de uma análise da situação patrimonial, através do Planejamento Tributário, além da identificação do perfil e das características da gestão da empresa pesquisada, e de verificação da forma como os balanços patrimoniais são produzidos e utilizados pela empresa, tendo como referência os exercícios de 2006 e 2007. A metodologia utilizada envolveu, inicialmente, uma pesquisa bibliográfica a respeito da temática dos relatórios contábeis no contexto organizacional, mais especificamente em relação ao balanço patrimonial, além da verificação in loco das rotinas de trabalho realizadas na referida empresa. Além disso, com base nos resultados dos cálculos realizados a partir dos dados observados nos balanços patrimoniais disponibilizados, utilizando-se as fórmulas convencionalmente utilizadas na Contabilidade, foi possível verificar que a empresa encontra-se numa situação econômico-financeira excelente, considerando as suas características, não obstante tenha sido verificada a necessidade de que sejam tomadas algumas medidas administrativas estratégicas no tocante à aquisição de equipamentos e sistemas operacionais informatizados para que os processos sejam otimizados e as informações possam ser acessadas com o máximo de rapidez e precisão, o que foi inserido como recomendação para os gestores, nas considerações finais do trabalho.

Palavras-chave: Gestão empresarial, Balanço Patrimonial, Planejamento Tributário.

ABSTRACT

The study focuses on the reflection of the balance sheet as a management tool in the company House of Vedações Hidráulicas Ltda. Its main goal includes the construction of an analysis of the balance sheet, through the balance sheet, beyond identifying the profile and the characteristics of the management of the company investigated, and verification of how the balance sheets are produced and used by the company, with the reference to the years 2006 and 2007. The methodology involved, initially, a literature search concerning the theme of the reports in accounting organizational context, specifically in relation to the balance sheet, and the verification of the spot routines of work performed in that company. Furthermore, based on the results of the calculations made from data observed in balance sheets available, using the formulas used conventionally in Accounting, has been unable to verify that the company is in a good economic and financial position, considering their characteristics nevertheless has been established that the need to be taken some administrative measures regarding strategic acquisition of equipment and operating systems so that the computerized processes are optimized and the information can be accessed with a maximum of speed and accuracy, which was inserted as a recommendation to the trustees, in the final consideration of the work.

Keywords: business management, balance sheet, arranje tributary.

LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS E FIGURAS

Figura 01 Organograma funcional da Casa das Vedações Hidráulicas Ltda	30
Tabela 01 Comparativo da situação financeira (2006/2007)	32
Gráfico 01 Comparativo da situação financeira (2006/2007)	32

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
1.1 Justificativa	10
1.2 Objetivos	11
1.1.2 Geral	11
1.2.2 Específicos	11
1.3 Metodologia	12
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
2.1 Abordagem histórica e conceitual das Demonstrações Contábeis	13
2.2 As Demonstrações Contábeis	16
2.3 Considerações sobre o Balanço Patrimonial	17
2.4 Direito Tributário: Conceito, Autonomia e Natureza Jurídica	20
2.4.1 Cidadania Fiscal	20
2.4.2 Princípios Constitucionais Tributários	21
2.4.3 Princípio da Legalidade Tributária	22
2.4.4 O Princípio da Reserva de Lei ou da Estrita Legalidade	22
2.4.5 Princípio da Igualdade (Isonomia) Tributária	22
2.4.6 Princípio da Irretroatividade Tributária	23
2.4.7 Princípio da Anterioridade Tributária	23
3 ELISÃO E EVASÃO FISCAL	24
4 ESTUDO DE CASO	29
4.1 Caracterização da Empresa Casa das Vedações Hidráulicas Ltda	29
4.2 Análise Geral dos Resultados	30
5 CONCLUSÃO	33
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	35
APÊNDICES	36

1 INTRODUÇÃO

É cada vez mais intensa e progressiva a competitividade que caracteriza o cotidiano das empresas, na atualidade, coloca-se para os responsáveis pela gestão das mesmas a necessidade de que medidas importantes sejam tomadas, com o máximo de agilidade e segurança possível, sob pena de se perder significativos espaços de mercado.

A atividade contábil, nesse contexto, possui um caráter estratégico, na medida em que proporciona a viabilização do fornecimento de dados e informações, através dos relatórios contábeis, que possam subsidiar as análises e tomadas de decisão no âmbito administrativo.

Um dos principais instrumentos utilizados nesse processo é, sem sombra de dúvidas, o balanço patrimonial, haja vista a sua capacidade de demonstrar efetivamente a situação do patrimônio de uma empresa, em determinada data, normalmente ao término de cada exercício.

Durante muito tempo a Contabilidade era considerada uma ferramenta apenas para calcular imposto para o fisco e não estava bem estruturada para atender as necessidades das empresas comerciais.

Após algumas análises a contabilidade, tornou-se mais complexa e evidenciou-se a necessidade de planejar menos despesas e mais lucros. Começou-se, então uma adaptação para a contabilidade industrial e também comercial de criar formas lícitas para economizar e pagar menos impostos.

Com o crescimento das empresas a contabilidade tributária por si só, deixou de atender ao fisco e passou a atender as necessidades das empresas, uma vez que sua preocupação original foi de se tornar uma forma de resolver os problemas administrativos e fiscais. Esta, a contabilidade tributária, passou, então, a ser encarada como um importante instrumento no

desempenho de uma nova missão de auxiliar os administradores na tomada de decisão das empresas.

O atual cenário econômico mundial aponta para grandes mudanças em termos de competição no mundo dos negócios, iniciado com o processo da globalização no início da década de 90. As empresas competem, agora, com base na flexibilidade e na qualidade de planejamento tributário.

Para sobreviverem a esta situação atual, as empresas vêm no planejamento tributário um diferencial de grande relevância, porém a maioria das organizações, sejam comerciais, industriais ou de serviços, possuam um sistema de contabilidade gerencial inadequados para essa atual realidade. Esses sistemas estavam deixando de fornecer informações úteis para as atividades de controle de processos, avaliação fiscal como também do desempenho dos gerentes.

O crescimento das empresas, a criação de vantagens competitivas e até mesmo a sua sobrevivência, só se tornou possível após o pleno conhecimento da evolução das variáveis financeiras de cada negócio. Diante desse quadro o controle fiscal tornou-se peça fundamental para todos os gestores das empresas.

1.1 Justificativa

O presente trabalho está relacionado a um dos aspectos mais importantes da atividade contábil, no que se refere à gestão fiscal, qual seja, o processo de utilização das informações geradas a partir de relatórios contábeis, mais especificamente os balanços patrimoniais bem como o gerenciamento de um planejamento fiscal e tributário eficaz.

Nesse sentido, sua realização justifica-se pela necessidade, cada vez mais presente no cotidiano do mercado globalizado, da existência de sistemas de informações que possam respaldar a análise das conjunturas situacionais e a tomada de decisão. O progressivo

crescimento do nível de competitividade mercadológica obriga, geralmente, os responsáveis pelas decisões de caráter administrativo a darem respostas rápidas às mudanças que ocorrem.

Com isso, faz-se necessária a realização de estudos que venham a identificar as características desses relatórios, notadamente os balanços patrimoniais, cuja importância se reveste de uma peculiaridade específica: a possibilidade de fornecer um quadro que reflet a equação patrimonial da empresa, tanto no momento estático, como na dinâmica das transações realizadas.

Dessa forma, é possível afirmar que os resultados obtidos a partir deste estudo poderão contribuir efetivamente para o entendimento da temática relativa à utilização do balanço patrimonial na gestão empresarial. Este entendimento dar-se-á tanto no âmbito acadêmico, onde será de fundamental importância para a formação profissional, na medida em que poderão ser aprofundados os conhecimentos teóricos e práticos já adquiridos; como em relação aos profissionais e empresas que atuam no mercado, proporcionando um material baseado no estudo da experiência real de uma empresa sergipana.

Assim, diante das colocações apresentadas até aqui, evidencia-se a perspectiva de que este estudo viabilize a consecução de uma resposta consistente para o seguinte questionamento: qual o papel dos relatórios contábeis, mais especificamente o Balanço Patrimonial, que resultados um bom planejamento tributário e fiscal dará para a gestão empresarial?

1.2 Objetivos

1.2.1 Geral:

- Analisar o papel do Balanço Patrimonial da empresa Casa das Vedações Hidráulicas Ltda, como base para a gestão fiscal.

1.2.2 Específicos:

- Identificar o perfil e as características da gestão da empresa;
- Verificar de que forma os balanços patrimoniais são produzidos e utilizados pela empresa em relação à sua gestão.
- Apontar possíveis medidas a serem implementadas pela empresa no sentido de aperfeiçoar a gestão.
- Identificar possíveis medidas que deverão serem tomadas com a implantação do planejamento fiscal e tributário.

1.3 Metodologia

A metodologia utilizada para a efetivação do trabalho compreendeu, inicialmente, a realização de uma pesquisa bibliográfica relacionada à temática dos relatórios contábeis no contexto organizacional, mais especificamente em relação aos balanços patrimoniais. Em seguida, foi realizada uma verificação do funcionamento da gestão da Casa das Vedações Hidráulicas Ltda, através da verificação *in loco* das rotinas de trabalho lá realizadas. Isto propiciou a obtenção de informações a respeito da realidade da referida empresa, caracterizando-se a pesquisa como um estudo de caso, descritivo, de natureza exploratória.

Segundo Gil (1996, p. 45) diz que “... *estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições*”. Seu planejamento é bastante flexível, o que possibilita a consideração dos mais variados aspectos relativos ao caso em estudo.

Dessa forma, a coleta dos dados ocorreu por meio de entrevistas realizadas junto ao Universo pesquisado, este representado pelos funcionários responsáveis pelas áreas administrativa e financeira da empresa, mais especificamente os que respondem pelas gerências geral, administrativa e financeira, além do assessor para a área contábil; nas quais buscou-se obter informações a respeito dos processos de elaboração e utilização dos balanços Patrimoniais e do gerenciamento do planejamento fiscal e tributário.

Foi construída, finalmente, uma análise do conjunto de informações obtidas durante o processo da pesquisa, a qual serviu de subsídio para a elaboração de propostas de encaminhamentos a serem feitos pela empresa, considerando as características das suas rotinas administrativa e financeira, como forma de aperfeiçoar a sua política de gestão.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Com o intuito de elucidar alguns aspectos relacionados aos objetivos traçados, procurou-se fazer uma revisão dos conceitos no que tange às demonstrações contábeis, bem como à análise de balanço e a gestão fiscal e tributária.

2.1 Abordagem histórica e conceitual das Demonstrações Contábeis

Nos primórdios da trajetória histórica das organizações, notadamente a partir da Revolução Industrial, evidenciou-se um excessivo racionalismo, respaldado pela busca incessante da produtividade e da acumulação de capital. Como aponta Chiavenato (1999, p. 58), “no decorrer do século XX, ocorreram três fases distintas: era da industrialização clássica (1900 a 1950), era da industrialização neoclássica (entre 1950 e 1990), e a era da informação (que teve início em meados de 1990 e vigora até os dias atuais), tendo os avanços tecnológicos como elemento potencializador das mudanças que ocorrem de forma cada vez mais rápida e imprevista”.

Na medida em que a realização deste trabalho está voltada para busca de informações relativas ao papel dos relatórios contábeis, mais especificamente do balanço patrimonial, para a gestão empresarial que, para efeito de contextualização, está relacionada exatamente à maneira

como as organizações devem ser conduzidas para garantirem o sucesso através de métodos e técnicas criados com as experiências e estudos realizados ao longo do tempo.

De acordo com Maximiano (2000, p. 25), gestão empresarial pode ser definida como:

O processo ou atividade econômica que consiste em tomar decisões sobre objetivos e recursos. O processo de administrar (ou processo administrativo) é inerente a qualquer situação em que haja pessoas utilizando recursos para atingir algum tipo de objetivo. A finalidade última do processo é garantir a realização de objetivos por meio de recursos.

Nesse sentido, tende a tornar-se mais competitiva aquela empresa cujos gestores tiverem a capacidade de analisar, com a maior rapidez possível, as mudanças de cenário ocorridas e, a partir daí, tomar as decisões mais adequadas para cada situação. E é exatamente nesse contexto que aparece a importância estratégica do trabalho desenvolvido pelo profissional da área contábil, na medida em que este propicia o fornecimento das informações necessárias.

Numa visão que poderia ser considerada como mais prática, Chiavenato (1999, p. 08), afirma que gestão é “a função de conseguir fazer as coisas por intermédio das pessoas, com os melhores resultados”. Tal afirmação baseia-se na avaliação de que toda e qualquer organização, seja ela industrial, comercial ou prestadora de serviço, precisa ser adequadamente administrada para alcançar os seus objetivos com a maior eficiência e economia de recursos.

A atividade contábil representa, nesse sentido, a aplicação prática de doutrinas e técnicas que possibilitam levar ao usuário do produto contábil as informações necessárias à gestão do seu empreendimento. Contudo, deve-se observar se os produtos oferecidos aos empreendedores servem efetivamente como subsídios necessários a uma correta tomada de decisão.

As doutrinas e técnicas são utilizadas nos seguintes campos: governo, no que diz respeito a legislação tributária, instituições financeiras, quando a empresa recorrer a

empréstimos ou financiamentos, sócios, acionistas, administradores e diretores, esses expectadores irão exigir do profissional basicamente informações que poderão ser apresentadas em forma de relatório, demonstrações financeiras, pareceres, declarações de imposto de renda e assemelhados, portanto, deverá estar atento às técnicas exigidas no efetivo exercício da profissão.

A utilidade de um conhecimento, a forma de como é estudada e investigada, dão características às mesmas, fundamentando a maneira de entender e realizar as classificações das ciências, no estudo das peças contábeis apresenta-se o desempenho dos capitais para o homem, o papel da riqueza em face da satisfação material da humanidade, entendendo-se a partir de então que o estudo contábil não é algo estático ou apenas numérico, ela encaminha-se gradativamente para o campo social acolhendo a contabilidade como ciência social.

As Demonstrações Contábeis, segundo Reis (2003, p. 42), constituem um instrumento técnico que constata a situação financeira e econômica da entidade. É de primordial importância por propiciar mecanismos de avaliação de desempenho das atividades das empresas, fornecendo parâmetros de eficiência que possibilitam comparações posteriores, ou entre diferentes períodos, fornecendo informações através de indicadores para que a administração de uma empresa possa executar mais racionalmente o planejamento e o controle de suas ações e investimentos.

Nesse sentido, o objetivo das Demonstrações Contábeis é fundamentar as informações na área de planejamento e análise patrimonial, o que lhes transforma em uma grande ferramenta de gestão financeira de uma empresa. É o principal instrumento de avaliação das políticas de investimentos e resultados operacionais de uma empresa.

Além disso, é possível observar que, independentemente do estágio de desenvolvimento de um dado mercado, quer seja ele altamente ou menos regulado, sempre haverá a figura de um árbitro (regulador governamental, regulador privado, auto-regulador) buscando atender à

necessidade média dos agentes envolvidos, em termos de informações. É por esse aspecto que a análise das Demonstrações Contábeis deve possuir o mais alto nível de qualidade e confiabilidade nas divulgações dos indicadores.

A análise das Demonstrações Contábeis por segmento de negócio, visa fornecer aos usuários das informações sobre o porte, contribuições ao resultado e tendências de crescimento das diferentes áreas operacionais ou geográficas nas quais a entidade empresarial opera, permitindo, a estes, a realização de análise prospectiva quanto a riscos e perspectivas de uma empresa diversificada.

Assim, em termos práticos, como afirma Reis (2003, p. 63), as Demonstrações Contábeis podem ser entendidas como um conjunto de demonstrativos básicos e complementares previstos em Lei, geralmente elaborados ao final de cada exercício social, que compreendem: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração dos Fluxos de Caixa - Lei nº 11.638/07.

2.2 As Demonstrações Contábeis

a) Balanço Patrimonial é a demonstração contábil destinada a evidenciar, quantitativa e qualitativamente, numa determinada data, a posição patrimonial e financeira da entidade (NBCT-3 - CFC, 2003). É constituído pelo ativo, passivo e patrimônio líquido (NBCT-3 - CFC, 2003):

- O ativo representa as aplicações de recursos, refere-se aos bens e direitos (NBCT-3 - CFC, 2003).
- O passivo representa as origens de recursos, refere-se as obrigações com terceiros (NBCT-3 - CFC, 2003).

— O Patrimônio Líquido representa os recursos próprios da entidade, ou seja, a diferença positiva entre o ativo sobre o passivo, caso seja negativa, denomina-se “Passivo a Descoberto” (NBCT-3 - CFC, 2003).

b) Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) é a demonstração contábil destinada a evidenciar a composição do resultado formado num determinado período de operações da entidade, observando o princípio de competência, evidenciando a formação dos vários níveis de resultados mediante o confronto entre receitas, e os correspondentes custos e despesas, (NBCT-3 - CFC, 2003).

c) Demonstrações de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA) – é a demonstração contábil destinada a evidenciar, num determinado período, as mutações nos resultados acumulados da entidade (NBCT-3 - CFC, 2003).

d) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) – é aquela destinada a evidenciar as mudanças, em natureza e valor havido no Patrimônio Líquido da entidade, num determinado período de tempo (NBCT-3 - CFC, 2003).

2.3 Considerações sobre o Balanço Patrimonial

O balanço patrimonial que, de acordo com Almeida (1998, p. 11), “relata os bens e direitos da sociedade, bem como as obrigações com terceiros e os recursos investidos pelos proprietários”, configura-se como um relatório contábil de extrema importância para a gestão no âmbito empresarial. Já Iudícibus e Marion (2002, p. 13), vão mais além e definem o balanço patrimonial como sendo “a mais importante demonstração contábil de ‘posição’ das contas num determinado momento”.

Com isso, levando-se em conta o ponto de vista colocado por estes autores, pode-se perceber que o balanço patrimonial, analisado no âmbito dos relatórios contábeis, tende a possuir um caráter estratégico para a gestão das empresas, na medida em que possibilita aos

responsáveis pela tomada de decisões com a necessária agilidade, a partir das perspectivas colocadas pelas informações demonstradas.

No Balanço Patrimonial, particularmente, conforme determina a NBCT-3 (CFC, 2003), as contas serão classificadas de acordo com a natureza dos elementos do patrimônio que registrem, e agrupadas de forma que facilite o conhecimento e a análise da situação financeira da empresa. Para isto, é necessário que as contas sejam classificadas de forma ordenada e uniforme, onde no ativo as contas devem ser agrupadas em ordem decrescente pelo grau de liquidez e no passivo pela ordem decrescente de pagamento das obrigações.

No tocante ao aspecto periódico, apesar da lei societária determinar que, na empresa em que o ciclo operacional tiver duração superior a um ano, a classificação dos ativos e passivos circulantes e de longo prazo terá por base a duração desse ciclo, as sociedades anônimas brasileiras vêm adotando o prazo de doze meses para tal classificação, independentemente da duração de seu ciclo operacional.

Deve-se registrar que o ciclo operacional deve ser entendido como o período que decorre da data das aplicações dos recursos nos estoques e outros insumos necessários às operações até o recebimento efetivo das notas, faturas ou duplicatas referentes às vendas dos produtos ou serviços objetos dos negócios da empresa.

Nesse sentido, de acordo com Braga (2003, p. 79), o ciclo operacional abrange, portanto, os ciclos de produção e de comercialização dos bens ou serviços, de forma que a sua duração varia de empresa para empresa, em função de diversos fatores, como ramo de atividade, nível de tecnologia, localização, porte, entre outros.

De forma mais detalhada, pode-se observar, de acordo com a legislação, que as três partes essenciais do balanço patrimonial já mencionadas (ativo, passivo e patrimônio líquido) apresentam diversas contas classificadas em grupos, os quais, por sua vez, são dispostos em ordem decrescente de grau de liquidez.

No ativo relacionam-se todas as aplicações de recursos efetuadas pela empresa. Esses recursos poderão estar distribuídos em ativos circulantes, assim denominados por apresentarem alta rotação, como: valores em caixa, valores a receber a curto prazo, etc.; em ativos realizáveis a longo prazo, e em ativos classificados como permanentes, como: prédios, terrenos, máquinas, equipamentos, etc., os quais irão servir a vários ciclos operacionais. O ativo permanente é subdividido, ainda, em investimentos, imobilizado e diferido.

O passivo identifica as exigibilidades e obrigações da empresa, cujos valores encontram-se investidos nos ativos. Os recursos dos passivos são classificados como curto e longo, sendo definidos, respectivamente, por passivo circulante e exigível a longo prazo.

No passivo circulante estão relacionadas todas as obrigações a curto prazo da empresa, ou seja, aquelas cujos vencimentos ocorrerão até o final do exercício social seguinte ao do encerramento do balanço, ou do ciclo operacional da empresa, se este exceder a um ano.

Já no passivo exigível a longo prazo classificam-se todas as obrigações da empresa cujo vencimento ocorrerá após o término do exercício seguinte ao encerramento do balanço, ou que apresentem prazo de liquidação superior ao ciclo operacional da empresa.

O patrimônio líquido é representado pela diferença entre o total do ativo e do passivo em determinado momento. Identifica os recursos próprios da empresa, sendo composto de capital social, reservas de capital, reservas de reavaliação, reservas de lucros e lucros ou prejuízos acumulados.

Segundo Assad (apud Braga, 2003), para efeito de identificação de curto e longo prazo, a legislação brasileira baseou-se no exercício social da empresa. Dessa forma, todos os direitos e obrigações vencíveis no exercício seguinte ao encerramento do balanço serão classificados como curto prazo, caso contrário, serão considerados como longo prazo.

Contudo, se o ciclo operacional da empresa apresentar duração superior a seu exercício social, a conceituação de curto e longo prazo obedecerá ao prazo de duração desse ciclo, devendo-se levar em conta que tal situação não é muito comum, estando restrita a alguns

poucos casos, tais como estaleiros, atividades na pecuária, etc.

2.4 Direito Tributário: Conceito, Autonomia e Natureza Jurídica

Direito tributário é o ramo do direito que contém as normas disciplinadoras da relação fisco-contribuinte.

O Direito Tributário pode ser definido, sinteticamente, como o conjunto de normas e princípios jurídicos relativo aos tributos. No entender de Ruy Barbosa Nogueira é a disciplina da relação entre o fisco e o contribuinte resultante da imposição, arrecadação e fiscalização de tributos.

2.4.1 Cidadania Fiscal

O Estado, no exercício da sua competência tributária, não é absoluto e ilimitado, devendo respeitar as restrições que lhes são impostas pelas normas constitucionais que asseguram os direitos do cidadão em matéria tributária, tais como os princípios da igualdade, da legalidade, da irretroatividade, da anterioridade, da capacidade contributiva, da seletividade, da não-cumulatividade, da boa-fé, da razoabilidade, da segurança jurídica, do não confisco, bem como os demais direitos e garantias fundamentais expressos na constituição, os implícitos decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados e os introduzidos à nossa ordem constitucional por meio de tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte. Do ponto de vista tributário, a cidadania impõe aos cidadãos o dever de contribuir, ao mesmo tempo em que lhes assegura direitos que impõem limites à tributação.

Planejamento Tributário

Ora, os tributos representam uma forte interferência na esfera da liberdade e da propriedade do contribuinte, implicando em importante parcela dos custos das empresas e das

despesas do indivíduo. Surge a idéia do planejamento tributário como um conjunto de sistemas legais que visam diminuir o pagamento de tributos, cujo fundamento é o direito que tem o contribuinte de estruturar o seu negócio da maneira que melhor lhe pareça, procurando a diminuição dos custos de seu empreendimento, inclusive tributos, desde que a forma celebrada seja jurídica e lícita. Portanto planejamento tributário significa “a construção de um conjunto de operações, consubstanciadas em negócios ou atos jurídicos ou situações materiais que, em relação a outro conjunto de operações, com o mesmo resultado econômico, representa carga tributária menor e resultado econômico maior”. Essa economia tributária resultante da adoção da alternativa legal menos onerosa ou de lacuna da lei onde denomina-se de elisão fiscal. A elisão fiscal é legítima e lícita, pois é alcançada por escolha feita de acordo com o ordenamento jurídico. Já a evasão fiscal, ao contrário de elisão, consiste em prática que infringe a lei. De modo geral é cometida após a ocorrência do fato gerador da obrigação tributária, objetivando reduzi-la ou ocultá-la, e compreende as atividades de sonegação, fraude e conluio, conforme definição dada pela lei nº 4502/64.

2.4.2 Princípios Constitucionais Tributários

A relação de tributação não é simples relação do poder, é relação jurídica, embora o seu fundamento seja a soberania do Estado. A soberania caracteriza-se como a vontade superior às vontades individuais, como um poder não reconhece superior. Porém, no Estado democrático de direito, a superioridade da lei é aquela que prevalece, regulando tanto as atividades do Estado como as dos particulares. Daí, porque o poder de tributar, vez que não é absoluto, encontra limites na Constituição.

Várias dessas limitações são resultantes da adequação de princípios constitucionais de caráter universal. Em qualquer ciência, princípio é começo, alicerce, a base para dar sustentação às medidas que serão adotadas.

2.4.3 Princípio da legalidade Tributária

Previsto no art. 150, I, da CF/88, é o mais importante de todos. Através deste princípio, o cidadão está protegido contra o abuso de poder por parte do Estado, em todos os níveis de governo (federal, estadual ou municipal), uma vez que somente através de autorização legal um tributo poderá ser exigido ou majorado. É manifestação, no Direito Tributário, do princípio da reserva legal, segundo o qual “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei”.

2.4.4 O Princípio da Reserva de Lei ou da Estrita Legalidade

Um dos mais antigos princípios constitucionais, origina-se da idéia de que não pode haver instituição de tributos sem o consentimento, através de representantes, daqueles que vão pagar. Em seus primórdios, o princípio foi formulado para restringir a autoridade dos monarcas. A autorização para a instituição de tributo, ou sua majoração, ficou a cargo dos Parlamentares, onde tinham assento os representantes do povo, isto é, daquele que iria pagar o tributo. O Parlamento autorizava a instituição ou majoração de tributo, através de lei. Nas democracias modernas, esse princípio permanece como uma das garantias dos direitos individuais.

2.4.5 Princípio da Igualdade (Isonomia) Tributária

Previsto no art. 150, II, proíbe a todos os níveis de governo, em matéria de tributação, a instituição de tratamento desigual entre os contribuintes que se encontrem em situação equivalente. Este princípio é, também, projeção de outro princípio constitucional, que é o da isonomia, segundo o qual “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”

Essa igualdade não quer significar a igualdade de fato, mas a igualdade jurídica no sentido da justiça distributiva, que segundo Aristóteles consiste em tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais. Logo o princípio da igualdade ou da isonomia impõe ao legislador discriminar os desiguais, na medida de suas desigualdades; não discriminar os iguais, que devem ser tratados igualmente.

2.4.6 Princípio da Irretroatividade Tributária

Previsto no art. 150, III, a, segundo o qual é vedado à união, Estados, Distrito Federal e Municípios, instituir tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do inicio da vigência da lei que os houver instituídos ou aumentado. Na verdade, de um modo geral, nem mesmo lei que extinga ou reduza tributo pode retroagir, embora a proibição constitucional não se refira às hipóteses de redução ou extinção. A única exceção fica por conta de leis meramente interpretativas e leis que deixem de definir determinados atos como infrações tributárias ou reduza penalidades. A irretroatividade da lei é regra, sendo exceção as que retroagirem, como nos casos da lei interpretativa e da lei penal mais benigna. O princípio da irretroatividade aplica-se a qualquer espécie de regra jurídica, emanada de qualquer autoridade estatal, parastatal, ou ligada ao Estado. Assim, sob pena de quebra da segurança jurídica, nem mesmo a lei poderá prejudicar o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.

2.4.7 Princípio da Anterioridade Tributária

De acordo com este princípio, previsto no art. 150, III, b, é vedado a todos os níveis de governo cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou. Este princípio se fundamenta no princípio da segurança jurídica e visa não gerar surpresas ao contribuinte, porém, este princípio comporta exceções previstas na

própria CF. Para o contribuinte este princípio propicia o planejamento de suas atividades, sem os riscos de ser surpreendido com o aparecimento, durante o exercício financeiro, de tributo novo ou majorado.

3 ELISÃO E EVASÃO FISCAL

No planejamento tributário torna-se necessário saber distinguir os significados da evasão fiscal e da elisão fiscal.

A evasão fiscal, consiste em toda ação consciente, espontânea, dolosa ou intencional do contribuinte através de meios ilícitos para evitar, reduzir ou retardar o pagamento do tributo devido, não se configurando com o planejamento tributário lícito.

A evasão causa enormes prejuízos aos negócios, ao governo e à sociedade como um todo. Trata-se de procedimentos adotados após o fato gerador ocorrido e nesse campo, por exemplo, destacamos a omissão de registros em livros fiscais próprios, utilização de documentos inidôneos na escrituração contábil e a falta de recolhimento de tributos apurados.

É um conjunto de atos adotados por um contribuinte, autorizados ou não proibidos pela lei, visando a uma menor carga tributária. Ela é articulada com base em um planejamento, aceito e aplicado pelo contribuinte, preocupado com a saúde financeira de sua empresa que, em favor da própria manutenção de sua atividades, recorre a profissionais habilitados para a minoração da pesada carga tributária a que está sujeito, para tanto, vale-se de procedimentos absolutamente lícitos, desenvolvidos sobretudo pela técnica contábil, tendentes a evitar a ocorrência do fato gerador da obrigação.

A elisão fiscal constitui atividade preventiva em plena consonância com a lei, descontornando uma maior margem de redução fiscal.

OBS.: - Característica Típica do planejamento Tributário:

E que seus efeitos ocorreu antes da ocorrência do fato gerador dos tributos. Assim, ao invés de uma empresa distribuir mercadorias para todo o Brasil de um estado que tenha tributação do ICMS mais elevada, pode escolher fazer esta distribuição a partir de outro estado com alíquota mais baixa. Planejar a operação de forma a pagar menor tributo.

Há duas espécies de elisão fiscal:

- Aquela decorrente da própria lei;
- Aquela que resulta de lacunas e brechas existentes na própria lei.

No caso da Elisão decorrente da lei, o próprio dispositivo permite ou até mesmo induz a economia de tributos. Existe uma vontade consciente do legislador de dar ao contribuinte determinados benefícios fiscais. Os incentivos fiscais são exemplos típicos de Elisão induzida pôr lei, uma vez que o próprio texto legal da aos seus destinatários determinados benefícios.

Já o segundo tipo contempla hipóteses em que o contribuinte opta pôr configurar seus negócios de tal forma que se harmonizem com um menor ônus tributário, utilizando-se de elementos que a lei não proíbe ou que possibilitem evitar o fato gerador de determinado tributo com elementos da própria lei. É o caso de uma empresa de serviços que decide mudar sua sede para determinado município, visando pagar o ISS com uma alíquota mais baixa. A lei não proíbe que os estabelecimentos escolham o lugar onde exercerão suas atividades, pois os contribuintes possuem liberdade de optar pôr aqueles mais convenientes a si mesmo se a definição do local for exclusivamente com objetivo do planejamento fiscal.

A elisão fiscal surge muitas vezes das brechas encontradas na legislação, há defensores de que o sistema tributário deveria ser simples, acreditando que, dessa maneira, o legislador estaria protegido da elisão. Exemplificando esta situação podemos citar uma empresa optar pelo lucro presumido e que tenha faturamento relevante a prazo, é viável optar por calcular e recolher os tributos federais pelo regime de caixa uma vez que assim procedendo somente pagaria pela receita efetivamente recebida.

O Código tributário Nacional é claro: evasão é crime e não deve ser confundida com elisão fiscal, feita a partir de um planejamento tributário legal.

Todos sabem que os tributos (impostos, taxas e contribuições) representam importante parcela dos custos de uma empresa, senão a maior. Para diminuir estes encargos, as empresas devem fazer um planejamento tributário estimando os impostos que terão que pagar e os abatimentos permitidos de forma a minimizar a tributação sofrida. É a chamada elisão fiscal. Um exemplo disso são as doações feitas para entidades benéficas que podem ser deduzidas do Imposto de Renda, assim como o valor despendido a título de alimentação aos funcionários. Outra forma de praticar a redução de tributos de forma legal acontece também entre as pessoas físicas, como na declaração de Imposto de Renda, quando o contribuinte opta pelo modelo simples ou completo, conforme o que for mais vantajoso para ele. Também é possível deduzir uma série de despesas para reduzir o imposto a pagar. Por outro lado, a evasão fiscal PE uma maneira de reduzir, suprimir o pagamento de tributos por meios ilegais, o que pode trazer sérios problemas para o contribuinte junto ao Fisco. Trata-se da famosa sonegação de impostos. Imagine, por exemplo, o caso de empresas que simulam operações para se beneficiarem de créditos tributários. Também há situações de pessoas que “inventam” determinadas despesas, ou falsificam recibos, para aumentarem os gastos dedutíveis na declaração do IR. Que a carga tributária brasileira PE uma das maiores do mundo, isto todo mundo sabe. Por conta desta realidade, muitas empresas, por exemplo, buscam por consultoria especializada que vendem “pacotes” de planejamento tributário. Mas é preciso tomar cuidado, porque as empresas podem estar sendo iludidas por medidas que na verdade são meios ilegais de burlar o Fisco. Portanto, nunca é demais lembrar que é preciso ouvir com muito critério e atenção o que estas pessoas que se dizem espertas em tributos têm a dizer, e nem sempre acreditar em tudo. Isso para não ser surpreendido pela Justiça e ter que pagar todos os tributos anteriormente deixados de recolher, falseando um lucro inexistente. Como os custos não

estavam previstos no orçamento, o que pode acontecer é um desequilíbrio financeiro da empresa que pode levar até o seu fechamento.

A concepção que se tem de paraíso fiscal e de planejamento tributário parte, naturalmente, de um desconhecedor da operacionalização do fenômeno da incidência tributária, de uma idéia preconceituosa tendente a considerar estes termos estreitamente vinculados a condutas ilícitas.

Inúmeros são os exemplos, no âmbito do direito criminal, da utilização de paraísos fiscais para a sonegação fiscal, lavagem de dinheiro e ocultação de valores oriundos de desvios na aplicação de recursos públicos. Desta maneira conhecem de práticas supostamente derivadas de planejamento tributário, contudo, que ser constituem em ilícitos duramente punidos pelas normas jurídicas.

Fundamental, destacar a realidade dos conceitos envolvidos em um raciocínio para posteriormente emitir um juízo de valor. Viu-se no tópico precedente que as vantagens oferecidas pelos paraísos fiscais, legalmente denominados países com tributação favorecida, não são de uso proibido pela legislação brasileira. A lei traça os contornos para a sua caracterização, estabelece instrumentos para a tributação na fonte de valores creditados a estabelecimentos situados em paraísos fiscais, sem vedar, em nenhum instante, a sua utilização.

O mesmo ocorre com o planejamento tributário. No ordenamento jurídico brasileiro não existem obstáculos à busca pela via legal da economia de tributos. O contribuinte não pode ser obrigado a seguir pela alternativa de tributação mais onerosa, cabendo uma avaliação da legalidade da opção menos custosa, antes da ocorrência do fato gerador do tributo. Precisamente dentro desta realidade situa-se a noção de elisão fiscal.

O fenômeno da incidência tributária exige para sua realização, a observância de inúmeras normas destacando-se, dentre estas, o princípio da legalidade mais especificamente no que tange à tipicidade. O custo da tributação parte sempre da previsão normativa, através de

instrumento próprio, a lei no sentido material ou formal. Consoante a ordem constitucional brasileira, a obrigação tributária deve guardar total respeito aos termos estabelecidos em lei.

Tendo em vista as considerações iniciais, antes da ocorrência do fato gerador de qualquer das hipóteses estabelecidas em lei, e não proibidas também por tal regra, podem ser praticadas. O limite da legalidade oferece oportunidades para a opção entre as alternativas situadas dentro ou fora do campo de incidência normativo.

As idéias de elisão e evasão fiscal expressam a distinção entre as condutas licitas e ilícitas, praticadas no corpo de reduzir ou evitar a incidência de norma tributária.

A distinção entre estas figuras reside precisamente na observância ou não do texto legal para evitar ou postergar o pagamento de tributo. No caso da evasão fiscal, o contribuinte não respeita as determinações legais e viola o texto normativo, o que não se dá nos casos de elisão.

A análise do planejamento tributário promove também uma diversidade de discussões quanto à sua legitimidade. Questiona-se a violação ao princípio da capacidade contributiva, ao princípio da solidariedade, e ao princípio da isonomia para criticar o planejamento tributário.

Não se pode criticar a importância dos princípios constitucionais acima descritos. Entretanto, nenhum deles tem o poder de evitar a elisão fiscal.

Existem várias formas de evitarem os abusos fiscais, seguindo de forma coerente e procurando aplicar um melhor planejamento tributário que venha a adequar a realidade da empresa, procurando sempre utilizar os meandros da lei de forma licita para que não sofra de penalidades que serão danosas aos patrimônios.

Exemplo;

Uma empresa abriu oito empresas tributadas pelo lucro presumido, no mesmo local, nas mesmas instalações, para pagar menos IRPJ pelo lucro real. Foi autuada pela Receita Federal e perdeu a questão. Isto porque todas as oito empresas só existiam no papel. Um bom planejamento tributário nunca adotaria essa medida.

O correto seria a separação das atividades de fato em empresas terceirizadas, empresas coligadas e “kolding”. Nenhuma autoridade fiscal poderá desmontar a verdade, quando ela se mostra efetiva, real e comprovável. Portanto, a lei anti-elisão é mais política do que prática.

4 ESTUDO DE CASO

Neste momento, além de uma caracterização preliminar da empresa, apresentaremos os resultados obtidos com a pesquisa realizada, como forma de demonstrar a aplicação concreta das operações anteriormente descritas, a fim de proporcionar uma análise detalhada da situação existente.

Com o intuito de garantir uma melhor análise do estudo previsto, será desenvolvido um estudo comparativo alcançados pela empresa entre os anos de 2006 e 2007, com base nos dados encontrados nos respectivos balanços patrimoniais que foram fornecidos.

4.1 Caracterização da Empresa Casa das Vedações Hidráulicas Ltda

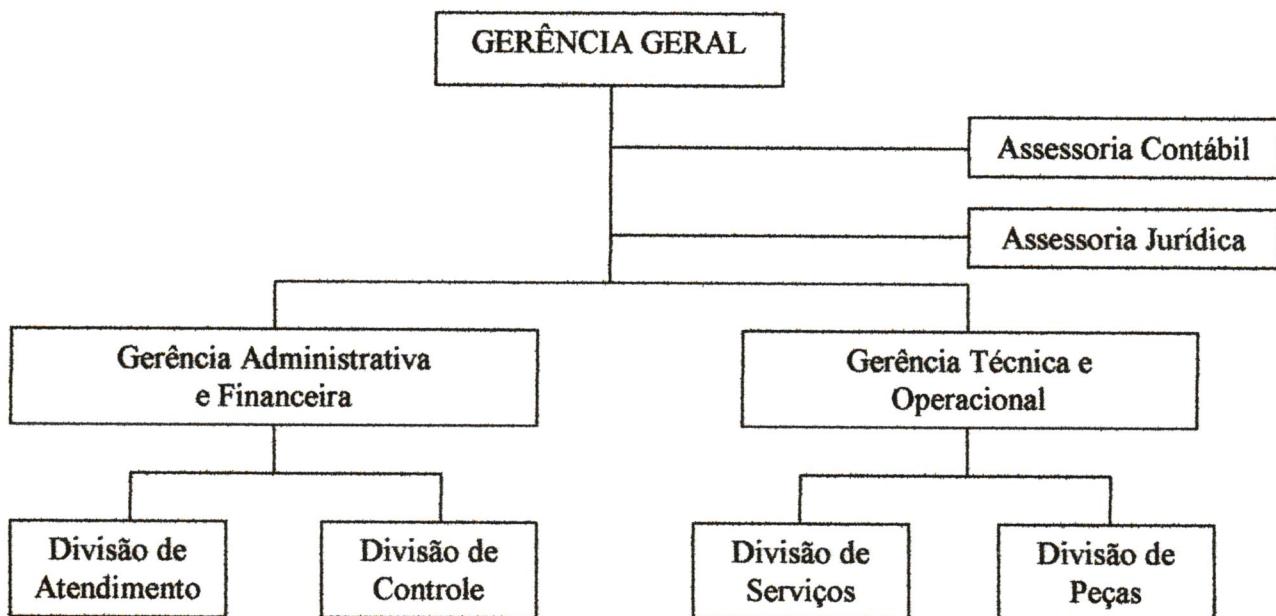
A empresa que serviu como objeto de estudo, Casa das Vedações Hidráulicas Ltda, registrada sob o CNPJ número 74.010.372/0001-35, possui sede própria na Rua Acre, 1.499, Bairro Siqueira Campos, Aracaju (SE); e atua no segmento de comércio de peças e assistência técnica em máquinas e equipamentos hidráulicos, desde o mês de fevereiro de 1993.

Dentro da estrutura organizacional da empresa, a atividade contábil está diretamente ligada à gerência geral, o que caracteriza a importância que é dada ao trabalho desenvolvido por esta atividade profissional.

Como pode ser observado no organograma funcional da mesma, apresentado a seguir, a assessoria contábil encontra-se num patamar semelhante ao da assessoria jurídica, situando-se

numa relação de staff, na medida em que não está diretamente ligada a nenhum dos demais setores existentes, tanto na gerência administrativa e financeira como na técnica e operacional.

Figura 1 - Organograma Funcional da Casa das Vedações Hidráulicas Ltda



Fonte: Empresa Casa das Vedações Hidráulicas Ltda

4.2 Análise Geral dos Resultados

Fazendo um comparativo dos índices econômico-financeiros, levando-se em conta os anos de 2006 e 2007, verificamos uma melhora acentuada da empresa em 2007, mesmo que os recursos de curto prazo no disponível ainda não serem satisfatórios. Mas, apesar deste índice ser baixo no resultado geral, como pode ser verificado na Tabela 2, apresentada a seguir, a situação financeira da empresa é excelente, com elevações bastante expressivas em todos os seus índices de liquidez, o que é algo extremamente positivo em termos de uma avaliação da sua viabilidade.

Além disso, se observarmos especificamente o aspecto do endividamento, é possível verificar que houve uma redução significativa, de 0,42 para 0,29 de um ano para outro, o que

demonstra uma situação de clara consistência para a empresa, na medida em que, de um ano para outro, ela conseguiu reduzir a sua dependência de capital de terceiros e, consequentemente, aumentando os recursos próprios, viabilizando um investimento de bom nível no período.

No tocante ao aspecto comparativo entre os índices financeiros e indicadores de atividade em relação aos anos de 2006 e 2007, observamos com estes índices que a empresa trabalhou nestes dois períodos com resultados quase semelhantes, sendo que a única observação que fazemos se refere à dependência dos estoques no ativo circulante para pagamento de curto prazo, de R\$ 0,22 centavos para cada R\$ 1,00 de recebimento em 2006, enquanto que no ano de 2007 esse índice subiu para R\$ 0,28, ficando a mesma com situação semelhante ao ano anterior.

Entendemos também que os prazos de indicadores de atividade são bons nos dois períodos. E dentro das comparações referentes aos índices financeiros e indicadores de atividades, consideramos como sendo bons, uma vez que a empresa está conseguindo girar o seu estoque e recebendo suas vendas muito antes dos pagamentos aos fornecedores.

Em relação à questão da imobilização, verificamos que a empresa vem investindo num patamar considerável. Consideramos a imobilização adequada para as necessidades atuais da empresa, embora seja necessário procurar sempre investir na renovação de equipamentos, etc.

Verificamos que a mencionada empresa nunca teve uma preocupação quanto a possibilidade de fazer um planejamento fiscal e tributário, uma vez que a preocupação do gestor sempre foi o resultado positivo independente do valor que paga com o recolhimento dos tributos e impostos, constatamos que houve uma significativa melhoria quanto ao desenvolvimento e acompanhamento do planejamento fiscal e tributário ora implantado.

Verificamos as despesas tributárias nos anos de 2006 R\$ 4.611,33 e em 2007 R\$ 8.723,14

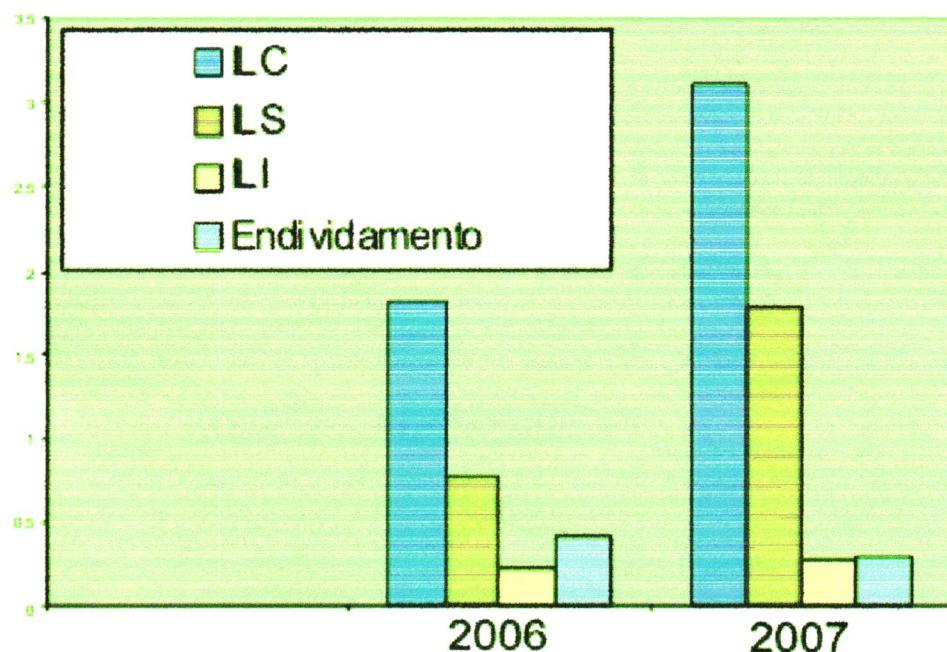
Este acréscimo foi em decorrência do aumento das vendas onde é totalmente aceitável as cifras acima mencionadas, tomando por base o trabalho do planejamento tributário ora em implantação na mencionada empresa.

Tabela 1 – Comparativo da situação financeira e indicadores de atividade (2006/2007)

ÍNDICES	2006	2007
ILC	1,82	3,11
ILS	0,78	1,78
ILI	0,22	0,28
Endividamento	0,42	0,29
INDICADORES DE	2006	2007
ATIVIDADE	12 DIAS	10 DIAS

Fonte: Balanços patrimoniais da Casa das Vedações Hidráulicas Ltda.

Gráfico 1 – Comparativo da situação financeira (2006/2007)



5 CONCLUSÃO

O estudo foi realizado tendo como objetivo geral analisar o papel do Balanço Patrimonial da empresa Casa das Vedações Hidráulicas Ltda, como base para a gestão empresarial, sendo também os objetivos específicos a identificação do perfil e das características da empresa, verificação da forma como os balanços patrimoniais são produzidos e utilizados em relação à sua gestão, tomando por base as análises de índices., além da apresentação de possíveis medidas a serem implementadas pela mesma no sentido de aperfeiçoar a gestão.

Inicialmente, faz-se necessário registrar o aspecto de que, por estar inserida na linha de staff da organização, como foi demonstrado no organograma funcional, a assessoria contábil não interage diretamente com os demais setores da empresa, o que poderia ocorrer, por exemplo, através de um sistema informatizado que possibilitasse o acompanhamento diário de toda a movimentação de estoques.

Dessa maneira, o que parece ficar nítido, é o entendimento de que a situação positiva da empresa se deve muito mais a um conjunto de aspectos relacionados à capacidade técnica da empresa, que influem decisivamente na qualidade dos serviços prestados, do que a um aspecto gerencial, no qual a atividade contábil deve exercer um papel de indiscutível relevância.

Assim, é possível avaliar que, a médio e longo prazo, levando-se em consideração a contínua e progressiva evolução tecnológica em praticamente todos os ramos de negócios, caso a empresa não opte por uma mudança de atitude em relação ao investimento em informatização, por exemplo, poderá passar por situações adversas em termos de competição mercadológica.

No que diz respeito especificamente aos resultados verificados a partir das análises

realizadas, através dos dados constantes nos balanços patrimoniais apresentados, apontam para o fato de que a empresa possui uma situação econômica e financeira muito boa, com índices bastante satisfatórios e com um lucro bastante razoável, além da caracterização de uma inexistência de dependência de capitais de terceiros.

Em relação à questão da estrutura de capital, pode-se identificar um quadro excelente, uma vez que o Patrimônio Líquido está livre do capital de terceiros e a imobilização de recursos não está comprometendo o permanente.

Verificamos também o interesse da empresa de fazer um acompanhamento mais detalhado quanto ao seu planejamento fiscal e tributário, para ter uma base quanto aos procedimentos corretos que a lei lhe garante e aproveitar as brechas dadas para recolher um valor justo procurando com isso melhores resultados.

Ao concluirmos o estudo, é importante ressaltar que o presente serviu como um instrumento de busca do saber, bem como propiciou a interação entre a Academia e o meio empresarial, sendo também relevante dizer que o trabalho possibilitou à empresa tomar conhecimento das ferramentas utilizadas na Contabilidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Curso básico de Contabilidade**. São Paulo: Talas, 1998.

BRAGA, Hugo Rocha. **Demonstrações Contábeis: estrutura, análise e interpretação**. São Paulo: Atlas, 2003.

CHIAVENATO, Idalberto. **Teoria Geral da Administração**. Volume I, Rio de Janeiro: Campus, 1999.

FRANCO, Hilário. **Contabilidade Geral**. São Paulo: Atlas, 1997.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

LUDÍCIBUS, Sérgio de e MARION, José Carlos. **Introdução à Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2002.

MAXIMIANO, Antônio César Amaru. **Teoria Geral da Administração: da escola científica à competitividade na economia globalizada**. Ed. Atlas, São Paulo, 2000.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade Gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil**. São Paulo: Atlas, 2004

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS E NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE, Conselho Federal de Contabilidade, Brasília: CFC, 2003.

REIS. Arnaldo. **Demonstrações Contábeis**. São Paulo: Saraiva, 2003.

FABRETTI, Láudio Camargo. **Contabilidade Tributária**. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SOUZA, Marcos Vinícius Guimarães. **Elisão e Evasão Fiscal**. P. 1 a 18 n 216, Fevereiro 2007.

APÊNDICES

APÊNDICES

Questionário da entrevista com os gestores da empresa

1) Como se dá o funcionamento do setor contábil na empresa?

R: Desde o momento em que ocorreu a decisão de abrir a empresa, tivemos uma preocupação em tomar todos os cuidados para que fossem seguidas todas providências necessárias em relação à parte legal do empreendimento. Foi aí que tivemos o primeiro contato com um profissional da área contábil. Entretanto, na medida em que iniciamos de fato as atividades empresariais, em função da necessidade de priorizar um cuidado prioritário com a questão dos custos, negociamos uma remuneração um pouco abaixo da média do mercado, de forma que o profissional teria como contrapartida a obrigatoriedade de apenas confeccionar as folhas de pagamento mensais e calcular os impostos a serem recolhidos. Contudo, com o passar dos meses, percebemos que havia a necessidade concreta de que houvesse um envolvimento maior do Contador com o planejamento da empresa, inclusive no assessoramento junto às instituições financeiras no tocante à obtenção de financiamentos ou realização de investimentos financeiros, por exemplo. Atualmente, o nosso contador é uma pessoa totalmente envolvida com o nosso planejamento, participando, inclusive, das discussões sobre a tomada de decisões estratégicas sobre as ações futuras da empresa, e obviamente recebe uma remuneração compatível com esse grau de comprometimento, embora figure no nosso organograma apenas com uma função de staff, prestando assessoria à direção.

2) De que forma são elaboradas as demonstrações contábeis da empresa?

R: As demonstrações contábeis são elaboradas pelo nosso profissional contratado para esta finalidade, de forma regular, necessitando, apenas, de uma maior agilidade em termos de

atualização, ou seja, não temos a possibilidade, ainda, de obter determinados demonstrativos de forma imediata, haja vista que não possuímos equipamentos plenamente informatizados na área administrativo-financeira para esta finalidade. Na prática, os demonstrativos são produzidos de forma manual, através de cálculos que são feitos pelo contador, a partir dos dados obtidos junto aos setores existentes. Na verdade, ainda temos uma certa dúvida quanto à real viabilidade de optar pelo investimento em informatização, pois felizmente a empresa vem evoluindo positivamente ao longo dos anos, independentemente desse fator

3) Em relação ao balanço patrimonial, de que forma ocorre sua utilização por parte da gerência da empresa?

R: Em termos concretos, podemos afirmar que o balanço tem uma função primordial, por um lado, de demonstrar para os nossos fornecedores o fato de que a nossa empresa encontra-se em situação positiva, podendo arcar plenamente com possíveis compromissos adquiridos junto aos mesmos; e por outro, facilitar a obtenção de financiamentos junto às instituições financeiras, seja para a compra de equipamentos, ou mesmo para investimentos na infra-estrutura da empresa. Me refiro especificamente a uma possibilidade de ampliação que pretendemos realizar em nossa sede, através da compra de um imóvel vizinho, tendo parte dos recursos oriunda de financiamento. Entretanto, acho importante registrar que, muitas vezes, vivemos um certo dilema, pois devido à excessiva carga tributária que somos obrigados a enfrentar em nosso país, muitas vezes avaliamos a possibilidade de tentar demonstrar um nível de lucratividade menor do que o real, como forma de reduzir o valor a ser pago em alguns impostos, como o Imposto de Renda, por exemplo. Entretanto, existe um lado negativo que é exatamente a redução a avaliação a ser feita pelas instituições financeiras, reduzindo a nossa capacidade de financiamento.

4) Há a utilização de sistemas informatizados para o funcionamento do setor contábil? Em caso negativo, existe a perspectiva de aquisição de uma ferramenta desse tipo? Por quê?

R: Como já mencionamos anteriormente, temos pensado bastante a respeito dessa questão, embora ainda não utilizemos desse tipo de recursos tecnológico. Acredito que num futuro próximo, provavelmente, tenhamos que investir nessa área.

5) Qual o grau de importância dado às informações produzidas através do balanço patrimonial para a gestão da empresa?

R: As importâncias são fundamentais para que possamos avaliar precisamente quais são as reais condições da empresa, ano a ano, para que possamos tomar decisões com toda a segurança necessária, evitando prejuízos futuros que venham a comprometer o empreendimento.

6) Qual a importância de um planejamento fiscal e tributário na gestão de uma empresa?

R: É mais uma ferramenta de suporte que irá lhe subsidiar nas tomadas de decisões, bem como um recolhimento justo dos tributos que ora são devidos.

7) Como a sua empresa encara a carga tributária que é alta em nosso país?

R: Procurando informações e ficar bastante atualizados com as constantes mudanças que ocorrem diariamente, estando atentos com os concorrentes e atualizar a empresa e os funcionários diante da constante mudança que ocorre na nossa conjuntura econômica e financeira em nosso país.